

(RE) CONHEÇA SEU PRECONCEITO: AÇÕES, PROPOSIÇÕES E DESCONSTRUÇÕES

Liliana Souza de Oliveira; Letícia Mossate Jobim; Vitor Angelo Villar Barreto.

IFFar- Câmpus São Vicente do Sul, liliana.oliveira@iffarroupilha.edu.br;

IFFar- Câmpus São Vicente do Sul, leticia.jobim@iffarroupilha.edu.br;

IFFar- Câmpus São Vicente do Sul, vitor.barreto@iffarroupilha.edu.

Resumo

O presente projeto vem sendo desenvolvido pela Coordenação das Ações Inclusivas (CAI) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) campus São Vicente do Sul e seus respectivos núcleos: Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). Este projeto busca visibilizar e problematizar diferentes formas de preconceito naturalizadas e enraizadas no espaço escolar para então propor ações educativas que permitam a insurgência da diversidade no campus. O projeto desenvolve-se em três momentos: Ações; Proposições; e Desconstruções. No primeiro momento, os núcleos inclusivos realizam ações educativas que permitem a reflexão e a discussão. As ações são realizadas de diferentes formas e em diferentes momentos e espaços. As ações promovidas pela CAI pretendem promover acolhimento, escuta, compartilhamento de vivências e experiências e o (re) conhecimento de ações preconceituosas para que possamos mapear o preconceito e propor ações que afirmem outros modos de ser, viver e se constituir. Ao criarmos as condições para que (re) conheçamos nossos preconceitos por meio de ações e proposições estamos criando possibilidades de revelar as (des) continuidades, as contradições, as singularidades, criando assim, as condições para que os sujeitos implicados possam mudar aquilo que pensam. As ações e proposições que apresentamos no projeto fazem parte de um esforço no sentido de estabelecer mudanças na cultura institucional, a partir das desconstruções de alguns discursos em favor de outros que promovam um espaço institucional mais plural e democrático.

Palavras-chave: preconceito, ações, proposições, diversidade.

Neste artigo apresentamos as práticas que vêm sendo desenvolvidas na forma de um projeto de ensino com ações contínuas, pela Coordenação das Ações Inclusivas (CAI) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) campus São Vicente do Sul e seus respectivos núcleos: Núcleo de Atendimento a Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). O objetivo deste projeto é visibilizar e problematizar diferentes formas de preconceito naturalizadas e enraizadas no espaço escolar bem como, propor ações educativas que promovam a reflexão crítica das práticas cotidianas e a desconstrução do senso comum, promovendo o respeito à diversidade no campus.

O preconceito é um tema que vem sendo cada vez mais debatido e explorado em diversos espaços sociais: nas escolas, nos meios de comunicação, nos diferentes espaços institucionais e não institucionais. Nas escolas, a discussão do tema vem sendo motivada, dentre outros fatores, pela multiplicidade de

identidades sociais que nela vem emergindo, gerando muitas vezes disputas e conflitos no qual todos desejam ser representados, visibilizados e valorizados: disputas de classe, de gênero, de etnias, de sexualidades, de religiosidades, de política, de necessidades especiais, dentre outros.

Ao abarcar este pluralismo de identidades sociais, a escola torna-se cada vez mais heterogênea e complexa, confrontando-se com diferentes culturas e linguagens. Frente a este panorama, o modelo de escola homogênea no qual todos os diferentes são tratados como iguais precisa ser abandonado. O perfil de estudante presente na escola agora é múltiplo e diverso e a instituição educativa precisa estar aberta e preparada para acolher e lidar com as diferenças. Para isso, precisa (re) significar seu agir e pensar. De acordo com Seffner (2013) o ingresso destes novos públicos exige que a escola produza modificações em sua estrutura, currículos e conteúdos, favorecendo um ambiente acolhedor, inclusivo e que contemple todos os interesses.

Nós, na condição de educadores, entendemos que temos o compromisso de desnaturalizar, problematizar e interferir nas diferentes formas de preconceito que se fazem presentes no espaço escolar. Garantir, assim, uma educação para todos, que contemple a diversidade; reflita criticamente sobre as ações e condutas cotidianas do espaço escolar e promova práticas escolares que garantam a permanência do aluno, bem como seu sucesso escolar. Reconhecemos, porém, que esta não é uma tarefa fácil, tendo em vista que todos nós estamos enredados/as por discursos normalizadores. Neste sentido, entendemos a necessidade de prestarmos mais atenção na normalização cotidiana, continuada e naturalizada de discursos, gestos e atitudes que acabam de uma forma muito sutil, reforçando e sedimentando preconceitos diversos.

Inclusão e Combate ao Preconceito

Torna-se imprescindível que a escola contemple além dos aspectos cognitivos, também os afetivos e os socioculturais, tornando-os indissociáveis. Conforme Araújo,“(...) a escola precisa incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais” (1998,p.44). A mediação das aprendizagens realizada pelo professor deve ser desprovida de preconceito, estigma e exclusão, adequando-se as necessidades do estudante e buscando alternativas diferenciadas para atingir os diferentes grupos.

Sabemos que o preconceito possui causas históricas e culturais, enraizado muitas vezes, em nossas práticas pedagógicas cotidianas. Conforme o ambiente em que ele emerge poderá desdobrar-se de diferentes maneiras: reforçado, formando uma constante de intolerância e rejeição ou desestabilizado e colocando em xeque algumas “supostas verdades estabelecidas”. Para que possamos reconhecê-lo, precisamos desenvolver certa perspicácia, inteligência e sensibilidade, atentando para as estratégias, técnicas e táticas que são implementadas cotidianamente e silenciosamente no espaço escolar, tornando-se banalizadas e naturalizadas:

em ações e expressões inconscientes, em gestos algumas vezes ocasionais, em piadas e brincadeiras entre amigos, em ações veladas, mas também de formas mais explícitas, intolerantes e agressivas.

Merece grande atenção no espaço escolar a existência de modelos comportamentais que definem regras e normas colocadas em prática no cotidiano, normas que estabelecem o que é permitido, mecanismos de classificação, formas de hierarquização, de ordenamento, lugares e posições fixas para cada um dos sujeitos. A partir da observação e reflexão sobre nossas práticas cotidianas, poderemos reconhecer a dimensão de nosso preconceito e buscar alternativas para livrar-nos de nossas limitações. De acordo com Meyer (2008), o que se privilegia discutir e problematizar como objeto específico do campo educacional é somente o que faz parte dos processos educativos intencionais, que podem ser formais e não formais. Neste sentido, os processos educativos não intencionais são muito pouco reconhecidos, visibilizados e problematizados. Uma análise mais meticulosa das nossas práticas pedagógicas possibilitará reconhecer o que a escola vem produzindo enquanto sujeitos de corpos e mentes. Para isso é necessário problematizarmos a conformidade com o “natural”, sacudir os hábitos, desalojar hierarquias e desestabilizar possíveis divisões; identificar o que se produz e o que se reforça em termos de divisões sociais de raça, gênero, classe, entre outros, denunciando as circunstâncias e instâncias sociais que naturalizam, justificam e legitimam o preconceito.

Neste sentido, um dos desafios impostos à escola é reconhecer que existe uma norma não escrita, mas atuante de mecanismos normativos que regem as construções identitárias, corporais, sexuais, de classe, de gênero, de religião, que acabam exaltando alguns e condenando outros a zonas de exclusão. Por isso, a invisibilidade da norma é condição importante para sua permanência, pois se silenciam assim, as relações de poder envolvidas nas questões relacionadas à norma, identidade e diferença. Conforme Louro, “Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, material didático, processos de avaliação são seguramente locus das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe- são constituídos por essas distinções e ao mesmo tempo, seus produtores” (2013, p.68). Temos de estar atentas (os), sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo, o etnocentrismo, que ela frequentemente carrega e institui.

Somente quando tomarmos as práticas escolares rotineiras, os gestos e palavras banalizadas como alvo de atenção renovada, quando admitirmos que a escola também é responsável pela manutenção de uma sociedade dividida e de relações desiguais através de nossa omissão, é que encontraremos caminhos para interferir na continuidade destas desigualdades.

Pedagogias Culturais

Outra discussão importante que a escola deve trazer para si é sobre a produção de significados estabelecida pelas denominadas “pedagogias culturais”, conceito utilizado por Giroux e Steinberg (apud

WORTMANN, 2010) . Essas pedagogias culturais seriam utilizadas para marcar os diversos locais pedagógicos em que o poder se organiza e se exercita de diferenciadas formas - as bibliotecas, os programas de TV, os diferentes gêneros de filme, de jornais, de revistas, os brinquedos , os anúncios publicitários, videogames, livros didáticos, e os de histórias infanto-juvenis, as diferentes modalidades de esportes, entre tantos outros. Não que estas organizações sejam usualmente configuradas como educativas, mas sim por moverem em direção a interesses de outras ordens- literários, religiosos, de entretenimento e comerciais (...), operando desta forma na produção de identidades bem como na produção e legitimação dos saberes. (WORTMANN, 2010, p.111)

A partir deste entendimento os diversos espaços culturais também são responsáveis pela produção de identidades sociais, e entre elas identidades étnicas, sexuais, de gênero. Não somente a escola e família são responsáveis pela constituição social e discursiva do sujeito. Os diversos espaços, organizações e produções culturais precisam ser considerados e reconhecidos também enquanto produtoras de significados, identidades, desejos, bem como, constituintes de práticas sociais, organizando e regulando ideias e concepções sobre a legitimidade de alguns discursos e práticas.

A utilização deste conceito permite-nos ampliar a noção de pedagogia, sem a preocupação em delimitar sua especificidade, mas posicionar-se e perceber-se em zonas instáveis e movediças que exigem uma constante mobilização com outros campos de saberes. Promovendo uma articulação do trabalho da escola à dimensão pedagógica de outras instâncias culturais, refletindo criticamente sobre os processos produtivos simbólicos, através dos quais os significados podem ser aprendidos, absorvidos, aceitos, contestados, distorcidos, ampliados ou descartados.

Somente poderemos propor mudanças em nossas práticas escolares, a partir do momento que começarmos a examinar, (re) conhecer e (re) agir aos discursos e (re) apresentações que nos atravessam. Pensar sobre a forma como estamos (re) produzindo as diferenças e (re) interagindo a norma. Muitas vezes elas estão tão internalizadas e naturalizadas que sequer nos damos conta. Isso só será possível através de formação e reflexão. Neste sentido, o presente projeto propõe três momentos: Ações; Proposições; e Desconstruções.

Ações

No primeiro momento, os núcleos inclusivos realizam ações educativas que permitem a reflexão e a discussão. As ações são realizadas de diferentes formas e em diferentes momentos e espaços através de atividades educativas tais como oficinas, eventos, grupos de estudos, discussão, leitura e de fortalecimento, formação, a fim de saber identificar o preconceito. Dentre estas ações destacamos algumas realizadas até então:

- Recepção dos alunos com apresentação dos núcleos inclusivos (NAPNE, NEABI, NUGEDIS). Iniciamos nosso ano letivo apresentando os núcleos aos novos alunos do ensino médio integrado, pois entendemos que os estudantes devem conhecer e se aproximar das práticas inclusivas.
- Programa de Capacitação em Políticas Inclusivas: a capacitação ocorre mensalmente e é destinada a formação dos servidores técnicos e docentes. A partir do diagnóstico de que boa parte dos servidores desconhecem as questões inclusivas, entendemos que promover espaços formativos destinados aos servidores é fundamental para juntos pensarmos e problematizarmos nossas ações e construir um espaço institucional plural.
- Café Cor: Grupo de estudo, conversa e leitura promovido pelo NUGEDIS. Encontros mensais com participação voluntária de alunos/as, servidores e membros da comunidade externa que se reúnem para tomar um café, discutir e problematizar questões de gênero e diversidade sexual.
- Oficina intitulada Conexões entre Biologia e Filosofia, promovida pelo NUGEDIS. A oficina reúne uma professora de Biologia e uma professora de Filosofia que pretendem, a partir do discurso científico e biológico atravessados pelas questões da cultura, problematizar as questões referentes a sexo, reprodução, sexualidade, gênero, identidade, etc. A oficina reúne estudantes, professores, técnicos administrativos e membros da comunidade externa.
- Ações performáticas com o envolvimento de alunos/as e servidores, tais como o Dia da Mulher, promovido pelo NUGEDIS; o Dia do Índio, promovido pelo NEABI; manifestações políticas e debates sobre o contexto político e seus desdobramentos; intervenções com cartazes a fim de evidenciar falas racistas, sexistas, homofóbicas, classistas e que permeiam o cotidiano escolar.
- Curso de Libras, destinado aos servidores do campus - promovido pelo NAPNE (organizado pela educadora especial e pela professora de Libras) oferecido a todos os servidores.
- Grupo de estudos com os docentes: encontros mensais com duração de 1h, destinados a estudar e discutir assuntos relacionados à inclusão escolar.
- Projeto de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelos diferentes núcleos.
- Caixas de escuta aos discentes: consiste na instalação de cinco caixas de madeira em lugares estratégicos do campus. São urnas lacradas e fixadas na parede, adesivadas com a seguinte questão: O que você gostaria que eu soubesse? Por meio delas buscamos acessar manifestações acerca de questões raciais, sexuais, etc. As caixas são abertas semanalmente pela coordenadora da CAI e pelos presidentes dos núcleos, que leem as mensagens e fazem os devidos encaminhamentos.

Proposições

Criação de espaços e mecanismos de visibilidade, escuta e mapeamento/reconhecimento de preconceito. As ações promovidas pela CAI pretendem promover acolhimento, escuta, compartilhamento de

vivências e experiências e o (re) conhecimento de ações preconceituosas para que possamos mapear o preconceito e propor ações que afirmem outros modos de ser, viver e se constituir.

As ações promovidas pela CAI pretendem promover acolhimento, escuta, compartilhamento de vivências e experiências e o (re)conhecimento de ações preconceituosas para que possamos mapear o preconceito e propor ações que afirmem outros modos de ser, viver e se constituir. Por isso, algumas proposições vem sendo feitas:

- Reconhecimento o preconceito que circula e se incorpora dentro da instituição. Por meio da pesquisa realizada com estudantes que mantém um modelo de vida diferente do heteronormativo pretendemos visibilizar o preconceito e garantir espaços institucionais que respeitem outros modos de vida;
- Espaços formativos aos discentes nos quais estas temáticas sejam amplamente discutidas;
- Criar projetos de trabalho interdisciplinar que permitam que as discussões propostas pelos núcleos não se restrinjam aos grupos de trabalho, mas que estejam presentes na sala de aula e nas situações cotidianas do estudante.
- Maior visibilidade aos negros, gays, bissexuais, transgêneros, deficientes.
- Trabalho de orientação dos servidores que auxiliam nas matrículas para auxiliar os estudantes ingressantes no autoreconhecimento da diferença e diversidade (alguns, por exemplo, não se reconhecem como negros ou pardos, mesmo sendo afrodescendentes), produzindo estatísticas realistas do corpo discente. Junto a isso, pretende-se rever as fichas de matrícula, que trazem apenas classificação de masculino e feminino, deixando à margem os transgêneros e transexuais e garantir o preenchimento das vagas dos cotistas e fazer um acompanhamento destes alunos cotistas após seu ingresso.

Desconstruções

Nesta etapa buscamos alternativas e possibilidades de desconstrução do preconceito. Segundo Jacques Derrida, os textos estão atravessados por "aporias", que são dificuldades, impossibilidades ou contradições. Para ler os textos é necessário desconstruir, isto é, revelar suas aporias. Do mesmo modo, para que consigamos compreender as relações institucionais é necessário que revelemos suas contradições e (im) possibilidades. Ao criarmos as condições para que (re) conheçamos nossos preconceitos por meio de ações e proposições estamos criando possibilidades de revelar as (des) continuidades, as contradições, as singularidades, criando assim, as condições para que os sujeitos implicados possam mudar aquilo que pensam. As ações e proposições que apresentamos no projeto fazem parte de um esforço no sentido de estabelecer mudanças na cultura institucional, a partir das desconstruções dos discursos conservadores e retrógrados, fontes do preconceito. Essa tarefa só é possível através da sensibilização das pessoas envolvidas no processo educacional, sejam eles docentes, discentes ou servidores dos setores de apoio. A difusão das práticas de reflexão do ambiente escolar é a nossa estratégia para estabelecer um amplo debate sobre os

temas envolvidos na comunidade escolar, permitindo que cada indivíduo possa realizar, a partir disso a sua reflexão e mudança.

A atividade educativa pressupõe um exercício de si mesmo, versa sobre o que se pode pensar e o que se pode mudar no que se pensa. Entende que cuidar não é a transmissão de um saber teórico ou uma habilidade, mas é uma ação que implica ocupar-se consigo, ou seja, conhecer-se. Esse cuidar exige certo deslocamento do sujeito em direção a ele mesmo e em direção ao outro. O cuidado de si é atravessado pela existência do outro, o que acaba por constituir um sujeito ético.

No que se refere à avaliação do projeto, ela ocorre de forma continuada, a partir do acompanhamento dos resultados nas diversas dimensões em que está envolvido. A equipe gestora do projeto realiza reuniões periódicas para avaliar a eficácia das ações, propor novas possibilidades e aperfeiçoar as experiências realizadas. Os resultados são utilizados como base para futuras ações e também como indicadores de planejamento escolar e na elaboração de documentos.

Considerações finais

O projeto tem garantido um aumento considerável da participação dos estudantes e dos servidores nos espaços destinados a reflexão sobre as ações inclusivas. Além disso, tem permitido construir um ambiente escolar mais propício ao reconhecimento do outro como alguém diferente e que deve ser respeitado. Esse respeito pode ser observado especialmente nas relações de gênero, quando observamos no câmpus uma maior visibilidade de gays, bissexuais, cisgêneros e casais gays.

É possível notar também o aumento da qualificação dos servidores diante do atendimento de necessidades especiais e deficiências, superando com profissionalismo e competência os desafios que têm surgido. Quanto às relações étnico raciais, observa-se que o profundo enraizamento do preconceito de forma velada, mas não menos destrutiva, é sustentado pelas relações históricas e culturais que condicionam os sujeitos e vítimas do preconceito. Enfrentamos de frente a questão, com ações e proposições que levam à desconstrução do senso comum, à exposição dos tensionamentos e à reflexão crítica das atitudes.

Diante disso, acreditamos que estamos apenas no começo de um trabalho que deve ser constante, persistente e afirmativo, no sentido de valorizar as diferenças e a diversidade como elemento positivo, construtor de um processo educativo que seja capaz de produzir sujeitos éticos, engajados e capazes de promover o desenvolvimento social. Apostamos assim na continuidade do projeto, de forma integrada ao cotidiano escolar, para que possamos também aprender e servir de modelo para as políticas e práticas de inclusão.

Entendemos que tornar o espaço institucional cada vez mais democrático, tolerante e plural é nosso compromisso como educadores e para isso é necessário desconstruir discursos balizadores de preconceitos,

intolerâncias e violências nestes espaços. Incluir aqueles que não foram normalizados e constituirmos a partir da diferença é um dos grandes compromissos da educação e, em particular, dos institutos federais.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **O déficit cognitivo e a realidade brasileira**. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

DERRIDA, Jacques. **Pensar a desconstrução**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e sexualidade na educação escolar**. In: Salto para o futuro. Ano XVIII - Boletim 26 – Novembro de 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SEFFNER, Fernando. **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar**. Educação e Pesquisa, vol. 39, núm. 1, enero-marzo, 2013, pp. 145-159. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SOARES, Rosângela. Juventude, escola e mídia. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. **Pedagogia, cultura e mídia: algumas tendências, estudos e perspectivas**. In: BUJES, M.I.E; BONIN, I.T. Pedagogias sem fronteiras. Canoas: Ulbra, 2010.